



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 189339-8

APELANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E NELSON PEDROSA DA SILVA

APELADO: NELSON PEDROSA DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: PENAL - PROCESSUAL PENAL – ROUBO - ART. 157, § 2º, I E II, C/C O ART. 70, TODOS DO CÓDIGO PENAL. NÃO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS POR PARTE DE UM DOS ACUSADOS – NÃO OPORTUNIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE NOVO CAUSÍDICO – PREJUÍZO À DEFESA - PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NÃO OBSERVADO. NULIDADE.

É nulo o processo se o réu não é intimado para constituir novo advogado, ante a inércia do inicialmente designado, nem é nomeado defensor público para realizar a defesa do acusado.

Ocorre *error in procedendo* se não observado o princípio da individualização da pena quando da análise das circunstâncias do art. 59, do CP.

À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso.

ACORDÃO :

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Leopoldo de Arruda Raposo
 Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 189339-8

Juízo de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca da Capital

APELANTES: Ministério Público Estadual e Nelson Pedrosa da Silva

APELADO: Nelson Pedrosa da Silva e outros

RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade.

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Janeide Oliveira de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de apelações criminais interpostas pelo **Representante do Ministério Público Estadual e Nelson Pedrosa da Silva**, insurgindo-se contra decisão prolatada pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca da Capital, às fls. 213/220, que condenou os apelados **Fábio de Araújo Carvalho, Washington José Monteiro, Fabiano Cândido da Silva e Nelson Pedrosa da Silva**, ao cumprimento da pena de **06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, a ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto, e ao pagamento de 35 (trinta e cinco) dias-multa, respectivamente, exceto no que tange a Nelson Pedrosa da Silva, que, "por ser taxista", ao pagamento de 65 (sessenta e cinco) dias-multa, pela prática delituosa prevista no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art.70, do CPB.

Narra a denúncia que, no dia 19 de julho de 1998, à noite, no interior de um bar denominado "Café Soçaite", localizado na Avenida Conselheiro Aguiar, em Boa Viagem, nesta cidade, os denunciados munidos com um revólver calibre 38, assaltaram os empregados do mencionado Café (de propriedade da vítima Maria das Graças Ribeiro Figueiroa) e alguns clientes, subtraindo dos mesmos, certa quantia de dinheiro em espécie, um violão da marca Giannini, três relógios de pulso, cartão do Banco Itaú em nome de Mônica Maria Monteiro e duas folhas de cheque do mesmo banco em nome de Alexandre Homero Fink, conforme Auto de Apresentação e Apreensão, às fls. 18.

Conta ainda a peça exordial que a vítima José Henrique Barbosa Ferreira de Lima (proprietária do violão) foi juntamente levada com as outras para o banheiro do referido Café onde ficou aguardando que os assaltantes lhes levassem os pertences.

Logo após o assalto, os policiais militares, em ronda habitual naquela localidade, suspeitaram do Táxi, de marca Volkswagen do tipo Gol, placa KIA-7924, conduzido pelo denunciado Nelson Pedrosa da Silva, e ao fazerem a



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

abordagem notaram que um dos ocupantes sacou a arma, momento em que os policiais os prenderam em flagrante delito.

Em 12 de abril de 2006, sobreveio a sentença de fls. 213/220, que julgou procedente a denúncia para condenar os apelantes **Nelson Pedrosa da Silva, Fábio de Araújo Carvalho, Washington José Monteiro, Fabiano Cândido da Silva**, por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 70 do CPB, ao cumprimento da pena de **06 (seis) anos e 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, em regime inicialmente semi-aberto, e 35 (trinta e cinco) dias-multa, respectivamente, exceto no que tange ao primeiro, Nelson Pedrosa da Silva, ao pagamento de 65 (sessenta e cinco) dias-multa.

Em suas razões de apelo, **às fls. 222/224**, o Ministério Público *a quo*, através do Promotor de Justiça. Dr. José Augusto dos Santos Neto, entende que o processo não seguiu tramitação regular e na aplicação da dosimetria da pena, o Juízo Monocrático, não agiu com devido acerto, razão pela qual, em *preliminares*, argui nulidades do processo e da sentença.

Em primeira preliminar, argui o Representante do Ministério Público que o processo não seguiu tramitação regular, vez que o ora pelado Nelson Pereira da Silva não teve sua alegação final ofertada por advogado de sua confiança, não sendo certificado da desídia do causídico (às fls. 189, o advogado foi notificado para ofertar alegações finais, contudo, ficou-se inerte), nem lhe foi concedido prazo para constituir outro, sob pena de lhe ser nomeado Defensor Público.

Em segunda preliminar, alega que as circunstâncias judiciais, previstas no art. 59 do CP, não podiam ser feitas, como foram, conjuntamente para todos acusados, isto em respeito ao *princípio da individualização da pena*.

Portanto, pugna pela anulação do processo a partir das alegações finais, por clara ofensa ao princípio da ampla defesa, e se assim não entender esta Colenda Câmara, requer a reforma parcial da sentença, para o fim de se aplicar outra dosimetria, de acordo com os princípios e ditames legais.

Finalmente, se ultrapassadas ambas preliminares, no mérito, requer o Douto Promotor de Justiça que seja dado provimento ao recurso, para o fim de se reformar a sentença, fixando-se a dosimetria da pena acima do mínimo legal, por ser de direito e de Justiça.

Os recorridos **Fábio de Araújo Carvalho, Fabiano Cândido da Silva e Washington José Monteiro**, através da Defensora Pública Bela. Fernanda Marques Cornélio, oferecem contrarrazões, **às fls. 280/287**, referindo que não podem mais discutir a decisão ora afrontada, em virtude da não apresentação de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

Apelação no momento oportuno, figurando-se a preclusão, pugnam no sentido de que seja mantida por esta Colenda Câmara Criminal a decisão do Juízo *a quo*, negando, portanto, total provimento ao apelo Ministerial.

Às fls. 319/327, o apelante Nelson Pedrosa da Silva, através da Defensora Pública Bela. Mariana Granja de Oliveira Lima, oferece suas razões recursais, no sentido de que, preliminarmente, seja reconhecida a nulidade da sentença por ausência de alegações finais, e no mérito, que seja dado provimento ao apelo, absolvendo-se o ora recorrente.

O apelante Nelson Pedrosa da Silva, através da Defensora Pública Bela. Marianna Granja de Oliveira Lima, oferece contrarrazões, às fls. 329/336, onde requer o não provimento da apelação Ministerial com a manutenção integral da decisão guerreada.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Janeide Oliveira de Lima, pugna em seu parecer, às fls. 348/351, pelo reconhecimento de nulidade insuperável, anulando-se o processo a partir da fase de alegações finais e, "em virtude das nulidades serem tão refulgentes, prejudicado se encontra o exame do mérito."

Foi concedido ao apelante/apelados o direito de apelar em liberdade na forma do art. 594, do CPP (fls. 220).

É o Relatório.
A Douta Revisão.

Recife, 19 de Setembro de 2011


Des. Romero de Oliveira Andrade.
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 189339-8

APELANTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E NELSON PEDROSA DA SILVA

APELADO: NELSON PEDROSA DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO

Narra a denúncia que, no dia 19 de julho de 1998, à noite, no interior de um bar denominado "Café Soçaite", localizado na Avenida Conselheiro Aguiar, em Boa Viagem, nesta cidade, os denunciados munidos com um revólver calibre 38, assaltaram os empregados e alguns clientes do estabelecimento, subtraindo dos mesmos, quantia de dinheiro em espécie, um violão da marca Giannini, três relógios de pulso, cartão do Banco Itaú em nome de Mônica Maria Monteiro e duas folhas de cheque do mesmo banco em nome de Alexandre Homero Fink, conforme Auto de Apresentação e Apreensão, às fls. 18.

Logo após o assalto, os policiais militares, em ronda habitual naquela localidade, suspeitaram do Táxi de marca Volkswagen do tipo Gol, placa KIA-7924, conduzido pelo denunciado Nelson Pedrosa da Silva e, ao fazerem a abordagem, notaram que um dos ocupantes sacou a arma, momento em que os policiais os prenderam em flagrante delito.

A análise dos autos demonstra que o ora recorrido Nelson Pereira da Silva não teve sua alegação final ofertada por advogado de sua confiança, vez que às fls. 189, o causídico foi notificado para ofertá-la, contudo, quedou-se inerte. Verifica-se portanto, que o recorrido não tomou conhecimento da desídia do seu advogado, com prazo suficiente para constituir outro, nem tampouco foi nomeado Defensor Público para ofertar as alegações finais, resultando flagrante prejuízo a sua defesa.

Considerando-se que o réu Nelson não foi intimado para o substituir seu causídico e que não houve formal nomeação de Defensor Público para patrocinar a sua defesa e apresentar alegações finais, maculados estão os princípios constitucionais da ampla defesa e do



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

contraditório, o que torna todos aos atos processuais posteriores nulos de pleno direito.

O Superior Tribunal de Justiça, em recente decisão, se manifestou no sentido da nulidade do processo quando não se intima o acusado para constituir novo advogado antes de nomear Defensor Público para patrocinar sua defesa, *verbis*:

STJ: "(...) INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR NOMEADO AO PACIENTE - INÉRCIA QUANTO À APRESENTAÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO - NULIDADE - AUSÊNCIA DE DEFESA - ORDEM CONCEDIDA . Hipótese em que o defensor nomeado ao paciente, não obstante tenha sido intimado pessoalmente da sentença condenatória, deixou transcorrer in albis o prazo para a interposição de recurso de apelação, tendo formulado, contudo, pleito absolutório nas contra-razões ao apelo ministerial. É nulo o julgamento do acórdão recorrido, que deu provimento a recurso do órgão acusatório, quando evidenciada a ausência de defesa. Precedente do STJ. Incidência da Súmula 523 do Supremo Tribunal Federal. (...) Ordem concedida, nos termos do voto do Relator" (HC 44.287/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2005, DJ 01/02/2006, p. 577)

Desse modo, deve a preliminar de nulidade ser acolhida.

Também em sede de preliminar, alega o Representante do Ministério Público, ora recorrente, que a análise das circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, não podia ter sido feita conjuntamente para todos recorridos, em respeito ao princípio da individualização da pena, devendo, de acordo com o ordenamento jurídico, ser fixada a pena individualmente.

Nesse aspecto, considero que assiste razão ao apelante.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No caso, verifica-se que o MM. Magistrado a quo, não respeitou o princípio da individualização das penas, conforme determina o art. 59 do CP, vez que deixou de analisar no *decisum* as circunstâncias pessoais de cada um dos acusados, sobretudo, deixou de considerar o fato de um deles, Fabiano Cândido, ser possuidor de uma condenação criminal na Comarca do Rio de Janeiro, conforme cópia da sentença anexada a estes autos às **fls.202/212**.

Ademais, verifica-se que houve um *error in procedendo* e, conseqüentemente, a nulidade em questão macula princípios do devido processo legal, afrontado a Constituição Federal, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Com essas considerações e acompanhando o parecer do Órgão Ministerial, voto no sentido de serem acolhidas as preliminares argüidas em ambos os apelos a fim de declarar a nulidade do processo a **partir da fase de alegações finais**, devendo ser o réu Nelson, através de advogado constituído nos autos, intimado para apresentar alegações finais e devendo o juiz ao sentenciar individualizar a pena em relação a cada acusado.

Retornem-se os autos ao Juízo de origem.

É como voto.



Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



376

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº:	0026580-90.1998.8.17.0001 (0189339-8)
Comarca:	Recife
Vara:	13ª Vara Criminal
Apelantes:	Ministério Público do Estado de Pernambuco Nelson Pedrosa da Silva
Apelados:	Ministério Público do Estado de Pernambuco Nelson Pedrosa da Silva e outros
Procuradora de Justiça:	Janeide Oliveira de Lima
Relator:	Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor:	Des. Fausto Campos

VOTO DE REVISÃO

Tratam-se de recursos de apelação Interpostos pelo **Representante do Ministério Público Estadual e Nelson Pedrosa da Silva** contra a sentença prolatada pela 13ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que condenou os apelados Fábio de Araújo Carvalho, Washington José Monteiro, Fabiano Cândido da Silva e Nelson Pedrosa da Silva à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa, exceto para Nelson Pedrosa da Silva que foi fixada em 65 (sessenta e cinco) dias-multa, pelo cometimento do crime previsto no art. 157, §2º, I e II, c/c o art. 70 do Código Penal.

O Ministério Público aponta erro na dosimetria da pena e irregularidade no trâmite processual, arguindo duas preliminares, do processo e da sentença. No mérito, se ultrapassadas as preliminares, pugna pela reforma da sentença, para fixar a dosimetria da pena acima do mínimo legal.

A primeira preliminar, porque o acusado Nelson Pedrosa da Silva não teve suas alegações finais ofertadas por advogado de sua confiança, o qual foi notificado a praticar tal ato processual, porém se quedou inerte. Não foi o recorrido informado da desídia do advogado com prazo para constituir outro, nem tampouco foi nomeado Defensor Público. Por essas razões, alega que o processo para o Recorrido se encontra nulo a partir das alegações finais.

A segunda preliminar refere-se à dosimetria, uma vez que a análise das circunstâncias judiciais foi realizada de forma conjunta para todos os acusados, ferindo o princípio da individualização da pena. Dessa forma, requer a anulação parcial da sentença, para o fim de se aplicar nova dosimetria, de acordo com os princípios e ditames legais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

O Apelante Nelson Pedrosa da Silva argui preliminar de nulidade da sentença por ausência das alegações finais, e no mérito, pugna pela absolvição por ausência de provas para a condenação.

Compulsando os autos, verifica-se à fls. 196 que o advogado constituído pelo acusado Nelson Pedrosa da Silva foi intimado para oferecer as alegações finais através de edital de intimação publicado no Diário Oficial do dia 02.04.2003, porém se manteve inerte. Após tal ato processual, não foi notificado o réu para constituir novo advogado, bem como não foi designado defensor público pelo juiz, o qual prolatou em seguida a sentença condenatória sem as alegações finais do Recorrente, em desacordo com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Desta feita, a preliminar arguida pelo órgão ministerial e pelo Apelante Nelson Pedrosa da Silva, merece ser acolhida, para que seja declarada a nulidade da sentença, determinando-se a reabertura do prazo para o oferecimento de alegações finais, através de advogado constituído ou nomeação de defensor público pelo juiz *a quo*.

No que concerne à segunda preliminar arguida pelo *parquet*, acerca da dosimetria da pena, tenho que igualmente merece guarida.

Com efeito, o juiz sentenciante ao proceder à análise das circunstâncias judiciais, o fez de forma conjunta a todos os réus, aplicando a mesma pena indistintamente, sem se ater às particularidades de cada um deles, a exemplo do acusado Fabiano Cândido, que possui uma condenação criminal na Comarca do Rio de Janeiro, conforme cópia da sentença às fls. 202/212. Trata-se de afronta ao princípio, a individualização das penas, devendo ser declarada a nulidade da sentença, para que seja fixada nova dosimetria da pena com observância dos ditames legais.

Diante do exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO AOS APELOS.**

É como voto.

Recife, 21 de Maio de 2014.

Des. Fausto Campos
Revisor